



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**RICARDO JOSÉ JENKINS DE OLIVEIRA**

**A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO E A SEGREGAÇÃO SÓCIO-  
ESPACIAL DE SALVADOR NO PERÍODO DE 1978-2009**

**SALVADOR**

**2009**

**RICARDO JOSÉ JENKINS DE OLIVEIRA**

**A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO E A SEGREGAÇÃO SÓCIO-  
ESPACIAL DE SALVADOR NO PERÍODO DE 1978-2009**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antonio de Freitas Balanco.

**SALVADOR**

**2009**

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5-960

Oliveira, Ricardo José Jenkins de  
O48 A produção capitalista do espaço e a segregação sócio-espacial de Salvador no período de 1978-2009./ Ricardo José Jenkins de Oliveira. - Salvador, 2009.  
46 f.  
Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, 2009.  
Orientador: Prof. Dr. Paulo Antonio de Freitas Balanco.

1. Produção capitalista 2. Desenvolvimento urbano 3. Planejamento urbano – Salvador (BA) I. Balanco, Paulo Antonio de Freitas II. Título

CDD – 307.76098142

RICARDO JOSÉ JENKINS DE OLIVEIRA

A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO E A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE  
SALVADOR NO PERÍODO DE 1978-2009

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da  
Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em  
Economia.

Aprovada em 15 de dezembro de 2009

Banca examinadora

Orientador: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Paulo Antonio de Freitas Balanco.  
Faculdade de Economia da UFBA

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Luiz Antônio Mattos Filgueiras  
Faculdade de Economia da UFBA

\_\_\_\_\_  
Prof. Bruno Rodrigues Pinheiro  
Faculdade de Economia da UFBA

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho monográfico só foi possível, em grande medida, devido à cooperação de todos aqueles que se encontravam mais próximos das minhas relações afetivas e profissionais, sendo esta pesquisa árdua dedicada a esses indivíduos. Destacam-se os meus familiares, como pais, tios e avós, além dos funcionários da UFBA e os meus colegas, em geral, que me forneceram todos os subsídios financeiros e psicológicos para o cumprimento dessa honrosa atividade acadêmica. Agradeço também ao Prof. Dr. Edgard Porto, diretor de estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), cujos trabalhos desenvolvidos pelo mesmo foram de suma importância para a feitura dessa monografia.

A orientação do Prof. Dr. Paulo Antonio de Freitas Balanco, não poderia deixar de ser ressaltada, já que agregou um grande valor intelectual para a realização desse trabalho, sendo que a sua nobre contribuição levarei comigo para outras esferas da minha vida pessoal e profissional. Para finalizar, não poderia deixar de agradecer ao meu saudoso e querido avô Nemézio Jorge Maia Jenkins, que foi um grande representante do setor bancário regional, sendo também formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), o qual serviu de fonte de inspiração para que eu escolhesse essa carreira magnífica, devotando sua vida à carreira econômica com muita dignidade e com um caráter verdadeiramente ilibado, fazendo com que a sua memória se tornasse atemporal para todos aqueles que o conheciam e o amavam ardorosamente.

## RESUMO

Este trabalho monográfico pretende discutir a formação e o desenvolvimento do Capitalismo em Salvador, partindo do urbanismo como um dos pontos centrais, procurando evidenciar que essa cidade cresceu de forma desordenada, gerando mazelas sociais diversas (adensamento populacional; miséria social e violência urbana). Para entender melhor essa situação, traça-se um paralelo entre as formas capitalistas gerais e as peculiaridades das mesmas no âmbito local. O fundamental para um planejamento urbano sustentável decorre de uma maior comunicabilidade entre as autoridades públicas e a população local, visando à melhor adequação das medidas oficiais a uma realidade específica. Uma das principais causas para essa desordem e pelo aparecimento das mazelas sociais está associada ao fato da defasagem na aplicação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (P.D.D.U.), que em qualquer cidade é essencial para satisfazer às próprias necessidades sistêmicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento urbano. Capitalismo local. Mazelas sociais.  
Negligência das autoridades públicas. Planejamento urbano.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>REPRODUÇÃO DO CAPITAL, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E URBANIZAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
2.1	A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAL E O PROCESSO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL (A LEI DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO).....	9
2.2	A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO .....	15
2.3	URBANIZAÇÃO (RENDA DA TERRA E O CAPITAL INDUSTRIAL IMOBILIÁRIO) .....	18
<b>3</b>	<b>SALVADOR: CONSOLIDAÇÃO CAPITALISTA E TRANSFORMAÇÕES PÓS-1970 .....</b>	<b>23</b>
3.1	ECONOMIA BAIANA E SOTEROPOLITANA PRÉ-MILAGRE (ECONOMIA AGRÁRIO-EXPORTADORA E TRAÇOS PRÉ-CAPITALISTAS)....	23
3.2	DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA E REARTICULAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA: AFIRMAÇÃO INDUSTRIAL SOTEROPOLITANA (A SUPERAÇÃO DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAL) .....	29
3.3	O PLANEJAMENTO URBANO EM SALVADOR .....	35
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>42</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A motivação para o desenvolvimento deste trabalho decorreu de uma especulação a respeito do conceito de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (P.D.D.U.) e suas implicações sócio-econômicas. Portanto, a presente investigação partiu de uma curiosidade particular desse pesquisador, cujo interesse pela questão foi realçado em virtude da inexistência de uma discussão mais ampla entre a comunidade e as autoridades públicas, já que o planejamento urbano é de fundamental importância para a edificação de um futuro sustentável de qualquer cidade. A partir das considerações anteriores, foi elaborado o norteamento do meu empreendimento de pesquisa.

As leituras diversificadas em torno da idéia inicial auxiliaram na passagem do objeto para o assunto, que se configurou da seguinte forma: A Acumulação Primitiva de Capital e o Desenvolvimento Urbano de Salvador no Período de 1978-2008. Para fazer essa delimitação, baseie-me fundamentalmente na leitura de David Harvey, Heloísa Araújo, Maria das Graças Ferreira e José Ribeiro Guimarães, os três últimos autores de um artigo científico publicado na revista Bahia Análise & Dados, no ano de 1998, sobre a concepção do P.D.D.U. de Salvador e o seu “engavetamento” durante cerca de trinta anos.

Um conceito interessante que é resgatado nesse estudo é o de acumulação primitiva de capital, o qual é desenvolvido por Marx e reutilizado por Harvey em sua obra para evidenciar que a urbanização é uma espécie de “extensão física do capitalismo”, propiciando a esse modo de produção um maior dinamismo (HARVEY, 1990). Aplicando essa análise à cidade do Salvador, tendo em vista que a acumulação primitiva de capital decorre de um conjunto de contradições sociais que irão culminar no capitalismo, percebe-se que em plena década de 1970, os principais traços desse sistema sócio-econômico não haviam ainda se consolidado na capital baiana, predominando atividades pré-capitalistas, como as chamadas “feiras livres”, e uma atividade econômica mais próxima da produção mercantil simples.

Na década de 1970, o contexto histórico favorável associado ao período do chamado “Milagre Econômico Brasileiro”, conduziu o país a um crescimento vertiginoso, o que gerou reflexos em todas as regiões do país. As autoras Rodrigues (1997), que trabalha com a desconcentração regional na década de 1970 e sua reversão na década seguinte, e Santana (2008), que realizou uma análise das transformações físico-estruturais e das relações urbanas



(ética, política, sociedade, economia, cultura, individualidade e coletividade), indicam que essa remodelação sócio-espacial local decorre de mudanças mundiais da dinâmica do capitalismo.

A partir desses autores, tornou-se possível a transição do assunto para o tema com as bases apresentadas anteriormente, de tal forma a tornar possível a elaboração do estudo mediante as seguintes diretrizes teórico-histórico-conceituais: A Acumulação Primitiva de Capital e a Evolução do Processo de Ocupação do Espaço Soteropolitano no Período de 1978-2009. Dessa forma, posto o objeto de investigação, procura-se estudar de que maneira esse processo particular de acumulação primitiva de capital conduziu a uma migração populacional, devido ao contexto favorável da década de 1970, que acelerou as bases para a consolidação do capitalismo local e a ocupação irregular do espaço urbano com o aumento do adensamento populacional. A versão no formato projeto, que serviu de base para a fase inicial da monografia é: A Produção Capitalista do Espaço e a Segregação Sócio-Espacial de Salvador no Período de 1978-2008 (atualizando para o período corrente, substituiu-se o ano de 2008 por 2009).

Devido à complexidade no emprego do conceito da acumulação primitiva de capital, a idéia apresentada manteve sua essência. Porém, trabalha-se nesse aqui com o conceito da produção capitalista do espaço, que engloba a acumulação primitiva de capital. Essa nomenclatura está associada à divisão do espaço assentada na estrutura da sociedade em classes sociais, com a constatação de diferenciações nas condições de moradia em vários pontos da cidade, sendo que na maioria dos locais estas se apresentam em condições precárias. Por conseguinte, levantam-se as seguintes indagações: caso houvesse a aplicação do P.D.D.U., na década de 1970, este serviria apenas às elites locais? Haveria maior agressão ao meio ambiente com a sua implantação? A desconcentração regional foi acompanhada da desconcentração de renda? Objetivando entender o desenvolvimento urbano soteropolitano e o grau de inserção da população local nesse processo, estas perguntas não possuem respostas imediatas, daí decorrendo múltiplas interpretações. Com o desenvolvimento do capital local, houve um expressivo adensamento populacional, que, associado à precariedade das condições de moradia, propiciou uma elevada miséria social, tendo em vista a falta de oportunidade de emprego em função da má qualificação da mão-de-obra, conduzindo a um aumento vertiginoso da violência urbana (FERNANDES, 2004).

O fascínio pelo tema do P.D.D.U. é inegável para esse pesquisador, sendo que os objetivos desse estudo monográfico estão centrados em compreender como a renda foi apropriada e os seus impactos sobre a sociedade. Essa questão pode estar incrustada no desenvolvimento urbano desordenado e sem planejamento que se apresentou no período que se pretende estudar (1978-2009). Além disso, não deve ser deixado de lado o entendimento de como as autoridades públicas locais não tomaram nenhuma providência quanto a esse fato, devendo procurar em alguns casos parceira com o setor privado. Como objetivo geral, desenvolveram-se estudos teórico-empíricos sobre esses problemas sociais e sobre a negligência das autoridades públicas. O objetivo específico se traduz como a tentativa de conscientizar a sociedade que o planejamento é essencial para que não haja um descompasso entre a produção capitalista e o bem-estar da comunidade.

As razões que motivaram a elaboração desse trabalho são de ordem pessoal e técnica, sendo que existe uma grande dificuldade em pontuar com precisão todas elas. As razões de ordem pessoal podem ser descritas como sendo do tipo: curiosidade, polêmica sobre o assunto e reflexão sobre o bem-estar da comunidade. Já aquelas de ordem técnica, estão associadas às condições de moradia, em geral, precárias; subemprego, decorrente da falta de qualificação de muitos trabalhadores que vieram trabalhar no meio urbano de Salvador, em sua maioria oriundos do meio rural; saúde e educação deficientes, que acabam comprometendo a produtividade desses trabalhadores. A partir dessa base teórica, acrescida da contribuição de outros autores e fontes, surge o capítulo referencial monográfico.

## **2 REPRODUÇÃO DO CAPITAL, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E URBANIZAÇÃO**

### **2.1 A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAL E O PROCESSO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL (A LEI DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO)**

O sistema mercantil é uma das formas mais antigas de organização sócio-econômica estabelecidas pela humanidade. Neste tipo de sistema, o produto do trabalho adquire a forma de mercadoria e a sua circulação ocorre nos mercados. Contudo, ao longo da história, as formas mercantis evoluíram e se desdobraram até atingir o nível de complexidade da relação social de produção denominada capitalismo. Para se entender essa dinâmica evolutiva faz-se necessário discutir alguns conceitos alicerçados no método marxista do materialismo histórico.

As maneiras segundo as quais as relações sociais de produção e as forças produtivas se vinculam e são organizadas, e a interação entre os indivíduos e as instituições que dão respaldo aos mesmos, resultam em uma estrutura denominada modo de produção. Cada modo de produção apresenta peculiaridades próprias, com etapas de ascensão, auge e declínio, denotando em sua estrutura, a partir de certo momento, prenúncios do modo de produção seguinte àquele que ainda está em vigência. Esse circuito de sucessão de modos de produção é viabilizado por contradições internas a esses sistemas, que modificam as formas de procedimento dos indivíduos.

No feudalismo, a terra era o principal meio de produção, mediante o qual o trabalho gerava riqueza. A estrutura social do sistema feudal era estamental, com hierarquia social rígida, a qual estava associada à origem familiar. Nessa época, a classe dominante era a aristocracia, que detinha privilégios para os indivíduos que a compunham, desde o seu nascimento.

O comércio, que fora muito intenso em sociedades como a romana e fenícia, no modo de produção escravista, perdeu uma parcela significativa da sua notoriedade com o estabelecimento das relações servis do feudalismo, o qual derivou da queda do Império Romano do Ocidente. Com essa retração comercial, diminuiu o fluxo de dinheiro em circulação, o que contribuiu para um esvaziamento das cidades mais urbanizadas. A ruralização e a fortificação das cidades feudais, em grande medida, causada pelas invasões

bárbaro-germânicas, contribuíram para uma nova configuração sócio-econômica. Os senhores feudais constituíam a classe hegemônica (detentora da propriedade da terra), possuindo origem nobre ou aristocrática, que explorava o trabalho da classe servil (presa à terra por convenções sociais da época), a qual se submetia inteiramente ao seu jogo. Além dessas classes havia os vilões (camponeses livres) e o clero (membros da Igreja Católica - principal instituição da época), sendo que esta última legitimava o modelo de sociedade agrária e atrasada.

A partir do momento em que as forças produtivas (tecnologia e conhecimento) começam a se desenvolver de forma vertiginosa, as fronteiras da sociedade feudal tornaram-se mais tênues, ocorrendo a modernização e a urbanização das cidades e a intensificação do comércio, de tal forma que o modo de produção feudal entra em colapso, seguido de uma prolongada transição para uma nova forma de organização sócio-econômica. Os comerciantes ou mercadores, que realizavam suas atividades em feiras-livres denominadas burgos, dão origem a uma nova classe social, que progressivamente vai conquistando expressão e prestígio, conhecida como burguesia. O poder político, que antes era descentralizado, vai tornando-se cada vez mais centralizado em torno da figura do rei (que no feudalismo tinha o poder meramente representativo), e, não mais, na autoridade dos senhores feudais. As cidades se unem pela força da Monarquia Absoluta nascente, formando os Estados Nacionais, que com a aliança entre três grandes elementos (rei, burguesia e Igreja), vão ser decisivos na formação de uma nova era. Enquanto o rei desejava aumentar seus domínios, visando a ampliação da arrecadação tributária e a burguesia ansiava por novos mercados consumidores, em que tivesse condições de atuar, a Igreja mostrava-se ávida para propagar a sua fé e, com isso, aumentar o número de adéptos. Além disso, com o aumento da demanda por metais preciosos, para a cunhagem de moeda, essa aliança fomentou a chamada Expansão Ultramarina, através das Grandes Navegações, que levaram à conquista da América e à afirmação do poderio político-econômico e, até militar, da Europa.

O acúmulo dos excedentes econômicos produzidos ao longo do sistema feudal e durante as Grandes Navegações, com o genocídio da população nativa e a pilhagem da mesma, ajudou a financiar a formação de um novo modo de produção, cujo período de gestação foi denominado por Marx de processo da acumulação primitiva do capital. (MARX, 1983). Com a Revolução Industrial, a burguesia alcança a hegemonia econômica e, com a Revolução Francesa, a política, suprimindo a aristocracia e o próprio poder monárquico. Diante desse

cenário, no qual as idéias liberais vão tomar corpo e a Economia Política irá se formar, enfim, como área do conhecimento sistematizada, consolida-se um novo modo de produção, que seria o mais complexo observado ao longo da história humana, o poderoso e aparentemente inabalável capitalismo, já que não se percebia a densidade das suas contradições sistêmicas.

A instituição econômica mercado, com a instauração do modo de produção capitalista, ganha um grande significado. A mercadoria irá se traduzir como a forma mais basilar de riqueza nesse sistema. O próprio Marx (1983, p. 41) assinala que:

A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”, e a mercadoria, isoladamente considerada, é forma elementar dessa riqueza. Por isso, nossa investigação começa com a análise da mercadoria.

Partindo dessa análise, referida acima, Marx (1983) percebe que cada coisa possui um determinado nível de utilidade, a qual está associada a aspectos quantitativos e qualitativos. Os objetos possuem um conjunto de propriedades e podem apresentar diferentes formas de uso. A partir disso, apresenta-se o conceito de valor -de- uso, que seria a medida da utilidade que a posse de uma coisa poderia proporcionar aos indivíduos. Mas, para Marx (1983), existe um vínculo entre essa utilidade e as propriedades presentes nas mercadorias, que ele apresenta da seguinte forma:

A utilidade de uma coisa faz dela um valor -de- uso. Mas essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas. (MARX, 1983, p. 42).

O caráter de valor-de-uso da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado, para apresentar suas qualidades úteis. A realização do valor-de-uso só é efetivada com a utilização ou o consumo. O conteúdo material da riqueza, independente da forma social dela, é constituído pelos valores-de-uso. Desse conceito de valor explicitado, parte-se para analisar um outro conceito, que se expressa como a relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, conhecido como valor-de-troca. Esse valor-de-troca refere-se à proporção que as mercadorias são intercambiadas no mercado, podendo mudar constantemente no tempo e no espaço. Para esboçar mais nitidamente isso, Marx (1983) coloca que:

Como valores-de-uso, as mercadorias são antes de tudo, de qualidade diferente; como valores-de-troca, só podem diferir na quantidade, não contendo nenhum átomo de valor-de-uso. (MARX, 1983, p.44).

O pensamento marxista não está preocupado com modelos teóricos extremamente complexos, sobretudo quanto aos instrumentais matemáticos e estatísticos que pretendem mostrar a realidade como ela se configura, mesmo que, contraditoriamente, acabem por cometer distorções, em decorrência do considerável teor de abstrações. Ao contrário, dessa linha de pensamento, procura-se evidenciar as contradições sócio-econômicas existentes, através do método do materialismo histórico, decorrendo disso as alternativas que a sociedade poderia organizar em relação ao capitalismo. Essa discussão remete aos escopos teóricos positivos (conservador) e normativos (reformulador), sendo que, indubitavelmente, Marx se enquadra no último. A análise marxista procura confrontar a aparência e a essência do modo de produção capitalista, evidenciando que ele é dialético, desde a sua formação, sustentando-se por um processo de desenvolvimento desigual e combinado.

Com a pretensão de analisar o contexto em que vivia, Marx teve que se utilizar do método do materialismo histórico para entender as condições materiais e históricas que conduziram a sociedade ao nível em que ela se encontrava, empreendendo um estudo árduo que partia das formas mais elementares de organização social e econômica. Dessa forma, a reflexão apresentada acima, sobre o pensamento marxista, serve de base para o entendimento do cerne do capitalismo. A mercadoria, forma elementar da riqueza desse tipo de sociedade, possuidora de valor-de-uso e valor-de-troca, não seria produzida, se não houvesse um componente fundamental para a sua existência, a força de trabalho. Este componente está intimamente ligado a uma classe trabalhadora ou o proletariado que, assim como a burguesia, tem sua origem no sistema feudal (servos que fugiam dos feudos para trabalhar nos burgos, prestando seus serviços em troca de uma remuneração para os comerciantes que constituíam a burguesia nascente).

Os trabalhadores, no âmbito do processo produtivo, são os geradores do excedente que dinamiza o sistema. De uma forma mais aparente, este excedente para a teoria hegemônica da Economia Política (a neoclássica) seria obtido pela simples diferença quantitativa entre receita total e custo total, sendo este resultado o chamado lucro empresarial, que, do ponto de vista agregado, se traduziria em lucro econômico. Para essa corrente do pensamento, o valor seria unicamente dependente do sistema de preços que é estabelecido, através do confronto entre a demanda agregada e a oferta agregada, desconsiderando as falhas de mercado, como se fosse possível a situação idílica da concorrência perfeita, que “harmonizaria” esse sistema

(recentemente, essa corrente hegemônica incorporou a idéia de falhas de mercado). Na concepção marxista, esse tipo de explicação não reflete a essência do sistema capitalista, já que traduz aspectos meramente idealistas que evidenciam apenas a aparência. O elemento fundamental que dinamizaria o capitalismo, nessa perspectiva mais crítica, seria um aspecto não considerado pela teoria Neoclássica, a existência da mais-valia.

De forma mais simplificada, a mais-valia pode ser explicada como derivada do tempo de trabalho que o proletariado dedica para gerar ganhos exclusivamente para a burguesia (Trabalho Excedente). Esse tipo de trabalho não corresponde àquele pelo qual a classe operária foi contratada (Trabalho Necessário). O Trabalho Necessário seria, então, o tempo de produção necessário para a reprodução da força de trabalho. Mas, para a classe empresarial, o que interessa é a extração da mais-valia, fonte de sua lucratividade. Ao contrário do proletariado, que só possui sua força de trabalho para vender (podendo, então, considerá-la como mercadoria), o capitalista é o proprietário dos meios de produção, subordinando a classe trabalhadora aos seus ditames. Essa relação de controle do trabalhador pelo capitalista está presente em:

O trabalhador trabalha sobre o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realiza de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste dele o que for imprescindível à execução do trabalho. (MARX, 1983, p.209).

Retornando-se à questão da mercadoria, pode-se dizer que ela possui dois pólos de expressão do valor: a forma relativa do valor e a forma de equivalente. A forma relativa tem caráter ativo, enquanto que a forma de equivalente apresenta-se com papel passivo. Ao esboçar essa relação, Marx (1983) procura traçar um paralelo entre duas mercadorias, que pode ser encontrado em:

Duas mercadorias diferentes A e B, em nosso exemplo, linho e casaco, representam, evidentemente dois papéis distintos. O linho expressa seu valor no casaco, que serve de material para essa expressão de valor. O papel da primeira mercadoria é ativo, o desempenhado pela segunda, passivo. O valor da primeira mercadoria apresenta-se como valor relativo, ela se encontra sobre a forma relativa de valor. A segunda mercadoria tem a função de equivalente ou se acha sob a forma de equivalente. (MARX, 1983, p.56).

A produção de mercadoria, para ser efetivada, requer a corporificação do valor através da força de trabalho (como já foi colocado), demandando um tempo de trabalho socialmente

necessário para manter esse processo produtivo. (MARX, 1983). O tempo de trabalho socialmente necessário serve para a criação do valor-de-troca, constituindo-se, então, como o principal determinante da grandeza do valor. Mas, na realidade, essa relação de valor é mediada pelo dinheiro que funciona como equivalente geral. Isso ocorre, pois, para facilitar o sistema de trocas dentro do capitalismo, faz-se necessário o uso de uma mercadoria (o dinheiro) para facilitar o acesso a outras mercadorias, sem que necessariamente ocorra uma troca direta, tendo, portanto, o dinheiro, um papel representativo. Esse dinheiro sofre desdobramentos lógicos e estruturais que o convertem em capital.

Apesar da produção ser o local no qual o valor efetivamente é criado, a origem do capital está ligada à circulação de mercadorias. O capital comercial era um prenúncio de uma nova ordem produtiva que se anunciava. A acumulação primitiva de capital deu sustentabilidade para a transição para o capital industrial, revolucionando as forças produtivas e consolidando o sistema capitalista, como pode ser confirmado nos escritos marxistas, da seguinte forma:

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias dá origem ao capital. O comércio e o mercado mundial inauguram no século XVI a moderna história do capital. (MARX, 1983, p.165).

O dinheiro, referido anteriormente, teve papel crucial nesse contexto da circulação de mercadorias como produto final no que tange às formas econômicas engendradas por esse processo circulatório. (MARX, 1983). A distinção entre o dinheiro que circula como dinheiro e o dinheiro que funciona como capital se evidencia na seguinte afirmação:

A forma simples de circulação de mercadoria M-D-M, conversão da mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Ao lado dela, encontramos uma segunda especificamente diversa, D-M-D', conversão do dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. O dinheiro que se movimenta de acordo com segunda circulação transforma-se em capital, vira capital e, por sua destinação, é capital. (MARX, 1983, p.166).

Essa metodologia marxista serve para analisar o dinheiro de duas formas: na relação M-D-M, o dinheiro é colocado apenas como um equivalente geral, que serve para viabilizar o acesso às mercadorias; e na relação D-M-D', a mais-valia é incorporada ao último elemento da produção como sendo desdobramento do processo produtivo. Assim, podem-se mostrar, simplificadamente, os fatores determinantes para a instalação do capitalismo, desconsiderando inclusive a abordagem da teoria neoclássica tradicional, que não concebe a formação de



oligopólios e outras falhas de mercado decorrentes da concorrência entre capitais pela manutenção e ampliação dos mercados nos quais as firmas atuam, gerando crises de superprodução ou superacumulação. A função de produção e demais instrumentais da ortodoxia (linha dominante e conservadora do pensamento) econômica não conseguem respaldar o elemento principal para reprodução do capital, que é a força de trabalho. A composição orgânica do capital (cok), que é a relação entre o capital constante (máquinas e equipamentos) e o capital variável (força de trabalho humana), é determinante para esse processo, que algebricamente é o resultado da divisão do primeiro pelo último (C/V). O processo de inovação tecnológica provoca o crescimento tendencial da cok, que arrasta consigo a elevação da produtividade, resultando na redução da taxa de lucro da economia (Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro) em decorrência do crescimento mais reduzido da utilização de trabalhadores em relação ao capital constante. Esse fato acarreta em instabilidades e crises sistêmicas, já que são os trabalhadores que produzem a mais-valia que sustenta esse modo de produção. Essa dialética (contradição) expõe as fragilidades constitutivas do capital, que levam Marx a sugerir um sistema alternativo, no qual os indivíduos não acumulariam desmedidamente, e não haveria diferenças de classes: o socialismo (sistema no qual a propriedade dos meios de produção seria coletivizada).

## 2.2 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

O capitalismo, para reproduzir sua dinâmica, precisa de um conjunto de transformações necessárias à viabilização dos processos de produção e circulação de mercadorias. Nas sociedades em que esse sistema sócio-econômico predomina, o espaço ganha grande vulto como requisito básico para a expansão de suas atividades. Essa lógica serve de base para que as firmas se estabeleçam normalmente próximas aos centros fornecedores de insumos e matérias-primas, auxiliando no desenvolvimento das estratégias empresariais. Essas mudanças nas configurações espaciais do capitalismo são derivadas de uma intensa divisão internacional do trabalho, associadas ao fato de que até mesmo o uso da violência era exercido para impor essa nova ordem, caso a maioria dos indivíduos não aceitasse voluntariamente esse sistema. Essa informação é fornecida por David Harvey, um geógrafo marxista britânico que coloca da seguinte forma:

La Geografía histórica del capitalismo ha sido simplemente notable. Pueblos con mayor diversidad de experiencia, que vivían en una serie de circunstancias físicas increíbles, han quedado unidos, a veces con halargos para la mayoría de las veces por el ejercicio cruel de la fuerza bruta, en una unidad compleja, bajo la división internacional del trabajo. (HARVEY, 1990, p.376).

E, completa com:

Las relaciones monetarias han penetrado hasta el último rincón del mundo, en cada aspecto de la vida social incluso en la vida privada. Esta subordinación forma de la actividad humana al capital, ejercida a través del mercado, ha sido complementada cada vez más por aquella subordinación real que requiere que se convierta el trabajo en la mercancía – fuerza del trabajo por miedo de la acumulación originaria. (HARVEY, 1990, p.376).

Esse dois comentários de Harvey (1990) traduzem de maneira concisa esse modo de produção, que se impõe através até do uso da força, subordinando a atividade humana aos interesses monetários do capital. Em outros trechos, Harvey (1990, p.376) estabelece ainda uma relação dessas configurações espaciais da acumulação e reprodução social: “La producción de las configuraciones espaciales se puede tratar entonces como un “momento activo” dentro de la dinámica temporal global de acumulación y la reproducción social”.

Quanto aos aspectos sociais das configurações espaciais do capitalismo, ele coloca:

Puesto que la producción de mercancías trae consigo relaciones entre el valor de uso, el valor de cambio y el valor, podemos deducir que nuestra comprensión de las configuraciones espaciales en su aspecto social debe basarse en la comprensión de como se entregan entre sí el valor de uso, el valor de cambio y el valor en la producción y uso de configuraciones espaciales. (HARVEY, 1990, p.377 - 378).

Visando ao entendimento melhor desse processo de integração, Harvey conclui que o movimento geográfico do dinheiro e das mercadorias na forma de capital não condiz com aquele dos produtos e dos metais preciosos. Em sua obra, essa informação apresenta-se assim:

El movimiento geográfico del dinero y de las mercancías como capital no es el mismo que el movimiento de los productos y de los metales preciosos. Después de todo, el capital es dinero usado en cierta forma, y no es de ninguna manera idéntica a todos los usos del dinero. (HARVEY, 1990, p.378).

Esses movimentos financeiros no modo de produção capitalista geram distorções na Economia Real; entretanto, esses aspectos serão melhor tratados na próxima seção, na qual se

destacará a relação entre o processo de urbanização e o capital especulativo, que se desloca da produção e se expande vertiginosamente para o sistema financeiro.

A atividade produtiva no capitalismo, como já foi salientado na seção anterior, reúne duas classes sociais: a burguesia e o proletariado. A mais-valia, que é extraída dos trabalhadores no processo produtivo, incorpora-se à própria mercadoria, a qual será transferida para a esfera da circulação. Então, tendo em vista a concorrência entre capitais diferentes para manter ou conquistar novos mercados, a produção deve ser articulada à circulação e o espaço é essencial para a consolidação desse processo. Elevadas escalas de produção e alto nível de produtividade não são suficientes, se a produção permanece localizada exclusivamente em determinadas amplitudes espaciais, sem perspectiva de diversificação espacial. Além da necessidade do escoamento da produção e da rotatividade do capital (que reflete o seu movimento), o deslocamento do capital, em termos produtivos, também se torna crucial para a reprodução desse modo de produção.

As instituições servem de base para que as configurações espaciais possam se estabelecer. Nos países desenvolvidos em capital, a iniciativa privada é mais atuante nas transformações mais relevante da estrutura espacial, já que busca ampliar o seu nível de acumulação em conformidade com os próprios limites determinados pelo Estado. Por outro lado, naqueles países mais atrasados, o Estado tem papel “empreendedor”, pois a iniciativa privada tem uma participação mais incipiente, sendo que nesse caso, a gestão pública é determinante para gerar essa reestruturação das configurações espaciais. Sem o auxílio de instituições públicas, o capital não conseguiria se desenvolver acentuadamente, pois são elas que decidem de que forma esse capital será destinado e como o espaço será utilizado para poder abrigá-lo.

A mais-valia social (analisando-se do ponto de vista agregado) é disputada pela concorrência entre capitais individuais, que não só transformam o espaço, mais também, os costumes e valores sociais. Essa questão será mais bem tratada na seção que se apresentará a seguir, pois quando se trata da produção capitalista, um fenômeno ocorrido com grande intensidade nos tempos modernos se verifica com uma projeção assombrosa, a urbanização.

### 2.3 URBANIZAÇÃO (RENDA DA TERRA E O CAPITAL INDUSTRIAL IMOBILIÁRIO)

O processo de urbanização está intimamente ligado à produção capitalista do espaço, mas não exclusivamente a esse fator. Historicamente, antes do feudalismo podem-se encontrar traços urbanos em outros tipos de sociedades como na Antiguidade Clássica. No Império Romano, obras infra-estruturais, como estradas e pontes, foram desenvolvidas para dar suporte a um comércio de grandes proporções que dinamizava a economia da época. Já existia um sistema monetário (ainda que pouco complexo em comparação à atualidade) constituindo uma economia mercantil simples, e que auxiliou no surgimento e no desenvolvimento das cidades. No feudalismo, verificou-se justamente o contrário. Nesse período, a sociedade se ruralizou, diminuiu o fluxo monetário devido à perda de força da atividade comercial, conduzindo a sociedade a um processo de arrefecimento da economia.

Com a passagem do sistema feudal para o modo de produção capitalista, a reurbanização vai se apresentar como um dos fatores mais expressivos dessa nova ordem sócio-econômica, servindo de base para a produção capitalista do espaço, já aludida na seção anterior. Aliadas às transformações físico-estruturais, estão aquelas que nas relações urbanas (ética, política, sociedade, economia, cultura, individualidade e coletividade) servem como reflexo do capitalismo sobre a concepção de vida dos indivíduos (SANTANA, 2008). Os valores estavam sendo revistos e tinham de estar condizentes com a exigência derivada do próprio capital para continuarem existindo. O lucro e a usura, que antes eram condenados pela Igreja Católica, estavam sendo legitimados por essa forma de economia.

Com essas mudanças organizacionais e institucionais, as cidades passaram por um crescimento espantoso em número de habitantes (muitos desses indivíduos eram oriundos do campo e buscavam melhores condições de vida nos centros urbanos e modernos), que afetaram diretamente as configurações espaciais. Porém, essa classe operária, que passou a vender a sua força de trabalho para os capitalistas, acabou sendo explorada pelos mesmos, recebendo salários insignificantes e compondo o que Marx (1983) chamou de Exército Industrial de Reserva (que se relaciona aos indivíduos que participam do mercado de trabalho, mas em situação de desempregados, servindo como mecanismo de ajuste salarial nesse tipo de mercado). Quanto maior esse exército industrial de reserva, menor é o nível salarial e maior o poder exercido pela burguesia sobre o proletariado. Além disso, existem outros aspectos que

devem ser considerados como desdobramentos da dialética formadora do capitalismo, o qual remete ao movimento especulativo, que adiciona outros elementos à problemática de funcionamento da economia capitalista.

A mais-valia social, como já foi colocada, é distribuída entre os setores da economia, incluindo aqueles que participaram minoritariamente da sua criação. Contudo, uma discrepância relevante diz respeito às relações entre as esferas produtiva e financeira, pois o movimento especulativo gera um descolamento entre a economia real e a economia nominal. Esse fenômeno Marx (1983) denominou Capital Fictício, que se traduz como a não correspondência entre o ganho do capital esperado pelos especuladores e aquele que se efetiva no âmbito produtivo. A lógica financeira está associada ao ganho rápido e fácil, sem a preocupação com os impactos que serão gerados para a sociedade. Os agentes especuladores buscam incessantemente a acumulação de capital, deixando o sistema mais vulnerável e com possibilidades mais acentuadas de crises.

Um dos mercados onde a especulação se apresenta de forma marcante é o mercado imobiliário. Com o processo de urbanização, a infra-estrutura é remodelada e, sobretudo, amplificada, gerando um crescimento significativo de área construída nas cidades, o que favorece esse setor imobiliário. O grande problema que deriva dessa situação está intimamente ligado ao desvio de recursos, que seriam utilizados na produção, para a aplicação meramente financeira. Isso acarreta uma diminuição na rotação do capital, levando a uma verdadeira inércia geográfica. Em Harvey (1990, p.397), pode-se encontrar essa informação da seguinte maneira:

La amenaza de la devaluación impone restricciones al ritmo del cambio tecnológico y a la velocidad del ajuste situacional. Cuanto más largos sean los tiempos de rotaciones, mayor será la inercia geográfica y temporal dentro de las economías espaciales de la producción.

A partir do que foi apresentado acima, percebe-se nitidamente que, além da rotação do capital está comprometida com o movimento de especulação dos preços dos ativos imobiliários, a declinação do valor monetário desses ativos frustra as expectativas dos agentes econômicos que participam ativamente desse processo. Então, não apenas eles ficam em posição de desvantagem, como também a própria sociedade se fragiliza em virtude da redução do nível de produção ou de atividade econômica e, principalmente, pela queda considerável do nível

de emprego. Esse movimento “predatório” do capitalismo conduz a instabilidades sistêmicas e crises, como estados de recessões econômicas. Por esse motivo, o Estado deve se apresentar bastante atuante, para impedir que distorções como essas ocorram frequentemente. Duas formas de atuação estatais podem ser destacadas em relação a esse processo, uma mais ortodoxa (conservadora) e outra de caráter mais flexível ou heterodoxo, que são respectivamente: a “modernização conservadora” e o planejamento urbano.

A chamada “modernização conservadora” constitui um processo de transformações urbanas acentuadas, melhorando o nível de tecnologia e infra-estrutura, sem necessariamente focalizar as condições de vida da população que reside nas cidades, a qual é submetida a esse tipo de projeto modernizante. (DOMINGUES, 2002). O Estado é o grande orquestrador desse processo, realizando investimentos volumosos na revitalização urbanística desenvolvendo as ruas e avenidas e estimulando a construção civil. Entretanto, problemas extremamente relevantes, como a fome, a miséria e as desigualdades sociais são negligenciados pelas próprias autoridades públicas com a implantação dessa proposta. O crescimento experimentado é espantoso e inegável. Contudo, não se pode afirmar o mesmo do desenvolvimento, já que este é localizado nas regiões de interesse para o poder público. Dessa “modernização conservadora” percebe-se claramente a relação entre a aparência e a essência do capitalismo, no qual a primeira corresponde aos aspectos superficiais ou ilusórios desse sistema e, a última, reflete o âmago do capital, evidenciando as suas contradições sociais. (MARX, 1983). Os aspectos superficiais ou ilusórios desse sistema podem ser apresentados, como se as idéias urbanísticas e arquitetônicas fossem suficientes para um progresso autêntico do nível de atividade econômica e, fundamentalmente, de bem-estar social. Já o âmago do capital, reside nas contradições sócio-econômicas, que são negligenciadas pelo Estado no seu audacioso e, ao mesmo tempo, inconsistente processo de “modernização conservadora”, sendo, portanto, ortodoxo (isso, porque ele é de certa forma autoritário, não realizando as autoridades competentes a consulta da própria população local).

O planejamento urbano, pelo menos no âmbito teórico, coloca-se como o oposto ao processo de “modernização conservadora”. Enquanto o planejamento urbano se apresenta de forma mais heterodoxa, promovendo a discussão com a própria comunidade, visando ao bem-estar da mesma, o processo de “modernização conservadora” favorece aos interesses dos grandes empreiteiros e especuladores imobiliários. A partir do que foi exposto, consegue-se distinguir nitidamente os dois estilos de programas urbanísticos, suas propostas e a quem eles realmente

servem. O programa de cunho mais heterodoxo origina os chamados Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (P.D.D.U.'s) que são elaborados pelo poder legislativo municipal (Câmara dos Vereadores) e sancionados pelos prefeitos dessas cidades, contando com a participação da comunidade local. Já o programa mais ortodoxo enquadra-se não só no âmbito da construção civil e no crescimento vertiginoso do meio urbano, como também na lógica da financeirização vigente na atualidade. Quanto maior o capital fictício, menor será a estabilidade do sistema capitalista, e isso acaba impactando diretamente nas condições de vida da população.

A financeirização da economia é um desdobramento histórico da própria formação do capital. Quando ele ainda não havia se consolidado, apresentando-se na forma de capital comercial, a acumulação era viabilizada através das trocas comerciais configurando-se primitivamente. A burguesia, até sua consolidação no poder, comportava-se como classe revolucionária como bem coloca Marx (1983). A aristocracia era a classe que representava o conservadorismo nesse momento histórico, enquanto a classe burguesa representava a possibilidade de transformação sócio-econômica ou do estabelecimento de um novo tipo de sistema. Já quando ela se consolida economicamente (através da Revolução Industrial) e politicamente (através da Revolução Francesa), ela passa a ser a classe hegemônica e, portanto, conservadora, explorando a classe proletária para a obtenção da mais-valia. Essa fase, descrita anteriormente, é chamada de capital industrial, que mesmo com as distorções que ela provocava, era menos agressiva do que a próxima fase do capital (aquela referente ao capital financeiro). Com o crescimento das atividades financeiras, o capital financeiro acaba se tornando predominante, e, com isso, os problemas se agravam devido à intensa atividade especulativa, já que o ganho fácil não necessariamente está vinculado à produção (o único setor que realmente cria valor).

Com a Globalização, a desregulamentação financeira foi disseminada, aumentando o fluxo de capitais pela economia mundial. A idéia de Estado Mínimo, desenvolvida pelos economistas clássicos é retomada, ficando a autoridade estatal limitada a funções básicas (saúde, educação e segurança pública). A atividade especulativa ganha curso nesse período no setor imobiliário. O crescimento do fluxo monetário, do crédito e da expansão das atividades econômicas capitalistas, a partir desse momento histórico, serviu de estímulo para a especulação. O setor imobiliário cresceu vertiginosamente na atualidade, aliado ao processo de “modernização conservadora” e ao movimento dos agentes especuladores. As autoridades públicas,

principalmente as municipais, preocuparam-se com o interesse das oligarquias locais que buscavam o seu ganho através da construção civil e da especulação em torno dos imóveis edificados. Com isso, a fragilidade financeira aumenta, gerando instabilidades e crises sem prazo e dimensão definidos, necessitando de uma atuação mais ostensiva por parte do governo, para que essa “euforia financeira” não contamine todo o sistema, tentando contê-la com mais veemência e sagacidade.

O planejamento urbano surge como uma alternativa mais viável para a sociedade e, até mais salutar, para o próprio sistema financeiro. A racionalidade não pode ser expressa em ganho fácil e rápido, se essa fonte de rendimento é dissolvida pela ganância descontrolada dos próprios agentes especuladores. Uma visão mais crítica a esse respeito auxilia na concepção de como melhorar as condições de vida da sociedade sem comprometer o funcionamento da economia. A pretensão desse trabalho é de conscientizar a comunidade que ela deve participar de forma mais ativa do processo de planejamento urbano, tentando minimizar as distorções inerentes ao próprio sistema. A análise marxista da dialética capitalista, confrontando as duas classes sociais existentes (burguesia e proletariado), serve de base para o capítulo posterior (que se constituiu como o capítulo referencial monográfico), quando será apresentada a realidade específica da formação e do desenvolvimento do capitalismo no município de Salvador, juntamente com a evolução do processo de planejamento urbano na sua localidade.



### **3 SALVADOR: CONSOLIDAÇÃO CAPITALISTA E TRANSFORMAÇÕES PÓS-1970**

#### **3.1 ECONOMIA BAIANA E SOTEROPOLITANA PRÉ-MILAGRE (ECONOMIA AGRÁRIO-EXPORTADORA E TRAÇOS PRÉ-CAPITALISTAS)**

Até o início do século XIX, a economia baiana ainda era a mais importante do Brasil, mesmo com a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, em decorrência do ciclo diamantífero no Centro-Sul. A cidade do Salvador contou com o título de maior porto do Atlântico Sul durante muito tempo, sendo que, com o recuo da mineração, devido ao esgotamento das jazidas diamantíferas, o açúcar voltou a ser a mercadoria mais importante produzida no Brasil, tornando-se o gênero mais vendido na pauta de exportações do país. Aliada à comercialização do açúcar, estava a produção de fumo no recôncavo baiano, destacando-se cidades como São Gonçalo dos Campos e Cachoeira; mas, este produto não tinha a mesma importância econômica do açúcar, embora também fosse destinado ao exterior.

O sistema colonial brasileiro, organizado pela metrópole portuguesa, era baseado no chamado Plantation (latifúndio, monocultura e escravidão), nas Capitânicas Hereditárias; Sesmarias, as quais formavam uma atividade econômica agrário-exportadora. Essa estrutura foi fundamentada na chamada Expansão Ultra-Marina (já referida no capítulo anterior), originada da aliança entre Estado e Burguesia, que visava ao aumento da arrecadação tributária e à conquista de novos mercados. Essa estrutura foi viabilizada para reduzir custos, mediante a adoção do trabalho compulsório e da grande propriedade monocultora, visando à obtenção de escala e à ampliação dos ganhos de produtividade. Uma sociedade formada por capitães donatários e, posteriormente, por senhores de engenhos, conduziu a uma intensa concentração de renda, que desembocaria em graves problemas ao longo do tempo.

A sociedade brasileira passou por vários ciclos econômicos, desde a sua formação, durante os quais, o Nordeste exerceu papel central, aparecendo como região dominante durante parte considerável do período colonial e, até mesmo, no início da fase imperial (pós-independência). O primeiro ciclo econômico foi de cunho extrativista, voltado para a exploração do pau-brasil (Nordeste brasileiro e, em especial, o litoral baiano), que tinha alto valor comercial na Europa, destinando-se principalmente à fabricação de tinturas. Com a

utilização de novas formas sintéticas de fabricação de tintas no continente europeu, o comércio internacional do pau-brasil entrou em declínio. Com isso, um novo produto foi incorporado à atividade econômica local, tendo interesse, não só do ponto de vista reprodutivo, como também estratégico (devido à possibilidade de invasões estrangeiras na costa brasileira), que foi o açúcar.

Apesar da elevada produção de fumo no recôncavo baiano, que conferiu notoriedade a essa região do estado (inclusive voltada para os mercados internacionais), esses produtos durante muito tempo foram produzidos paralelamente, tendo o açúcar o papel principal nessa relação. O sistema açucareiro foi o primeiro de ordem estritamente produtiva a ser implantado no território brasileiro, já que o pau-brasil representava apenas uma atividade extrativista, dando origem ao início efetivo do processo de colonização. Isso reflete o fato de que durante cerca de 30 anos (1500/1530) não houve uma colonização formal, mas apenas expedições costeiras (visando à proteção da colônia contra ataques estrangeiros) e atividades extrativistas (ligadas à extração do pau-brasil). A produção açucareira exigia uma determinada estruturação produtiva agro-industrial através da construção de engenhos e sistemas de moagens, além de todo um conjunto de instrumentais técnicos para viabilizar o seu exercício, evidentemente, sem deixar de considerar o necessário plantio da cana-de-açúcar. Essa atividade gerava alta lucratividade para os senhores de engenho (classe dominante da época), pois o produto era de alta lucratividade internacional, tendo uma produtividade elevada e uma escala expressiva para atender à crescente demanda dos mercados externos. Esse volume de riqueza acumulado (denominado cabedais) serviu para alavancar o desenvolvimento da atividade econômica interna e a acumulação primitiva de capital na colônia.

As chamadas Casas Comissárias (situadas, em grande parte, na Praça Comercial de Salvador) foram muito presentes na economia baiana; realizavam precipuamente atividades de intermediação financeira, estendendo a sua amplitude de atuação para outras áreas, principalmente por causa de crises (aumento da concorrência internacional e a obsolescência das técnicas produtivas locais) e reorientação econômica (declínio do Nordeste e ascensão do Sudeste), conduzindo-as a uma maior diversificação. Essas Casas Comissárias, em geral lideradas por comerciantes ingleses, dinamizaram a economia local, fortalecendo a realização das atividades comerciais. Na realidade observável das sociedades, existem oscilações nos ciclos econômicos, que derivam de condições conjunturais. Apesar de várias adversidades em relação aos gêneros agrícolas, a Praça Comercial de Salvador continuou tendo uma grande

importância durante um significativo período histórico. As Casas Comissárias estavam presentes também na implantação de algumas manufaturas e na representação de sindicatos bancários e de seguradoras. Além disso, elas realizavam a aquisição de bens de luxo importados para satisfazer aos anseios consumistas da elite local.

A decadência econômica do Estado da Bahia em relação à economia brasileira, e o deslocamento efetivo do poder econômico do Nordeste para o Sudeste, acontecem nitidamente com o advento de um novo produto, o café, que gerará a parcela mais significativa de recursos em termos de divisas (moeda estrangeira) para o futuro processo de industrialização. Os pontos diferenciais estão associados basicamente aos seguintes elementos, no que diz respeito à produção: o local e o produto. O local passou a ser o Sudeste, substituindo o Nordeste, iniciando-se no Vale do Paraíba (entre São Paulo e Rio de Janeiro) e Baixada Fluminense, tendo seu apogeu no Oeste Paulista. O produto era o café, gênero de destaque na Europa (consumo de luxo), diminuindo a importância da cana e do fumo. Contudo, em ambas as situações, a estrutura era praticamente a mesma: concentradora de renda, monocultora, latifundiária e, até mesmo, escravista.

A escravidão constitui-se como o aspecto essencial da atividade canavieira, já que o café se mostrou até mais produtivo com a mão-de-obra assalariada, em geral dos imigrantes (principalmente italianos), do que com o trabalho escravo. A concentração de renda deriva da grande propriedade (latifúndio), que por sua vez se originou de uma ordem jurídica colonial (Sesmarias) e da fragmentação do território colonial, através da concessão de extensas áreas para o controle de indivíduos com origem nobre, que possuíam total confiança da Monarquia Portuguesa (Capitanias Hereditárias eram denominadas essas propriedades, e Capitães Donatários, os detentores da posse das mesmas).

O desenvolvimento do Brasil se articulou à lógica externa de oferta de gêneros agrícolas para os mercados europeus, que passavam por grandes transformações tecnológicas (principalmente, com a eclosão da Revolução Industrial), gerando uma alta rentabilidade para as oligarquias rurais, embora introduzisse uma fragilidade externa. Essa maior vulnerabilidade para as transações correntes era propiciada pelas oscilações dos preços internacionais desses bens que não agregavam valor como os produtos industrializados, dependendo fundamentalmente da demanda externa. Essa situação não foi diferente na Bahia, a qual

esteve voltada quase que exclusivamente para a produção desses bens, como Almeida (2006, p. 3) apresenta:

Até ao final de 1940, a economia de Salvador, e de seu tradicional hinterland, o Recôncavo Baiano, permaneceu atrelada à evolução de alguns complexos estaduais exportadores de commodities minerais e agrícolas. A pauta baiana de exportação incluía cerca de uma dezena de itens, mas somente três produtos se destacavam: cacau, açúcar e fumo.

A obsolescência das técnicas de produção fez com que a Bahia fosse superada por São Paulo na produção de açúcar e tabaco no Sul do país (ALMEIDA, 2006). Dessa forma, a pauta de exportação baiana começou a ser diversificada (borracha vegetal, café, couros e peles, piaçava, ouro, manganês e outros minérios), mas nenhum desses produtos obteve relevância tão expressiva como o cacau. Esse produto, que começou a ganhar destaque no final do século XIX, foi fundamental para o desenvolvimento da economia baiana, ainda que não tivesse suficiência para promover uma industrialização maciça, como ocorreu em São Paulo. Com a crise de 1929, o Brasil passa a se industrializar através do Processo de Substituição de Importações (P.S.I.), o qual consistia na internalização produtiva de parte dos bens antes importados. Motivado inicialmente pela queda das importações, decorrente da Crise Econômica de 1929, este modelo de desenvolvimento foi instalado oficialmente pelo Governo Vargas a partir de 1930. O maior beneficiado desse contexto adverso foi o Estado de São Paulo, que mesmo com a queda do preço do café dos mercados internacionais, concentrou a atividade industrial em torno de sua extensão territorial, por causa das divisas geradas pela produção cafeeira. Na Bahia, o cacau não conseguiu produzir o mesmo efeito. Essa afirmação pode ser encontrada em Almeida (2006, p. 4) da seguinte forma:

É importante, de qualquer modo não superestimar as dimensões da economia cacauera e do volume de seu excedente. Na verdade, a massa de excedente criada pelo cacau na Bahia nunca alcançou o tamanho da produzida pelo café em São Paulo, ou pelo algodão e açúcar no Nordeste.

Alguns produtos, como a mamona e o sisal (em meados do século XX), incrementaram a agricultura baiana, mas nenhum deles apresentou o mesmo peso econômico do cacau. Depois do advento do café, o Estado da Bahia ficou num verdadeiro “marasmo econômico”. Durante muito tempo, quase nada aconteceu, além da perda de representatividade baiana no cenário nacional e a presença de atividades tradicionais (comércio, artesanato, manufatura e alguma atividade industrial) realizadas na Praça Comercial de Salvador. Não se pode deixar de colocar que houve uma experiência incipiente de industrialização, mas que não superou a

agricultura, naquele momento, e não tinha escala suficiente. Em um dos estudos do Centro de Planejamento e Estudos (CPE), encontra-se a seguinte explicação:

Falávamos mais atrás da débil implantação industrial existente no estado até 1930. De um lado, reduzido número de indústrias simples, tais como fábrica de gasosas, bebidas, vinagre, gelo, sabão, velas, unidades de pequeno ou médio porte que utilizavam de modo precário máquinas e energia elétrica. Unidade que se caracterizavam, muitas vezes, no caso da fabricação de derivados de fumo e no setor têxtil, pela utilização intensa dos trabalhadores sem qualquer uso de máquinas, todas incluídas na categoria mais baixa de contribuição paga aos cofres públicos, já que o Imposto de Indústria e Profissões era calculado com base na quantidade de empregados, natureza da força motriz ou complexidade das instalações. (CPE, 1981, p. 23).

E, em um trecho anterior, o mesmo estudo revela que apesar do comércio ser prioritário nessa região, ele pode se associar a outros setores da economia. Essa argumentação é encontrada no seguinte trecho:

A prioridade dada ao comércio não invalida a necessidade de relacioná-lo analiticamente aos outros setores da economia, principalmente aos ligados à produção. Ao contrário, estimula e obriga este tipo de vinculação. Em primeiro lugar, porque as atividades comerciais têm que estar referidas, concretamente, à produção de gêneros comercializados. Em segundo, porque o estabelecimento desta relação permitirá se avaliar a natureza da estrutura produtiva e os padrões de suas relações com o setor dominante. (CPE, 1981, p. 22).

Além da variação dos preços internacionais, que aumentavam a volatilidade da economia baiana (baseada, assim como todo o território brasileiro, na agro-exportação), outro fator merece destaque: o fim da escravidão. A Bahia, apesar de sofrer demasiadamente com a concorrência internacional (principalmente antilhana) na produção de açúcar não conseguiu adaptar as suas atividades agrícolas ao trabalho assalariado, não gerando, portanto, a mesma produtividade e os níveis de rendimento auferidos com o trabalho escravo. Algumas regiões brasileiras já empregavam trabalhadores livres, antes mesmo da Lei Áurea em 1888 (extinção definitiva da escravidão no Brasil), mas o recôncavo baiano não conseguiu fazer o mesmo. Essa informação pode ser encontrada na seguinte afirmação:

Tomando o estancamento do Tráfico de Escravos com o marco de um processo de destruição do Sistema Escravista, nota-se que na Bahia, a partir de 1850 a economia agroindustrial está concentrada no recôncavo baiano, absorvendo quase a totalidade da mão-de-obra da Província. Nas demais atividades, o que se nota entre 1850 e 1878, é a substituição do trabalho escravo pelo pequeno produto agrícola subordinado seja à grande propriedade, seja diretamente ao capital comercial por força mesmo da necessidade da lavoura canavieira que absorveu grandes contingentes de escravos oriundos das plantações de fumo, algodão e outras, para compensar a venda de escravos do Recôncavo para o Centro-Sul. (CPE, 1981, p. 7)

Aliado ao que foi relatado, tem-se que a desagregação da produção escravista do Recôncavo Baiano gerou a necessidade de absorver o campesinato ou quase-campesinato existente, através do assalariamento, objetivo que foi dificultado pela recusa dessa “massa livre” em se sujeitar a práticas que lembrassem o trabalho cativo. Outro agravante foi a impossibilidade de grandes investimentos na lavoura e a falta de imigrantes estrangeiros na Bahia. (CPE, 1981). Com a presença de todos esses fatores descritos, a Bahia ficou praticamente estagnada (possuindo reduzido dinamismo sócio-econômico) secularmente, levando Mariani (1977) a preocupar-se com esses problemas, conjecturando que a Bahia devesse seguir o mesmo caminho do Centro-Sul para se desenvolver. Já Aguiar (1977), utiliza a terminologia “enigma baiano” para descrever a situação crítica que o Estado se encontrava, propondo a complementaridade aos mercados do Centro-Sul, como saída para esse entrave econômico, inserindo a Bahia efetivamente no processo de industrialização.

A industrialização baiana origina-se de forma “exógena” (externa, derivando de eventos economicamente independentes da Bahia) e “espasmódica” (desenvolvimento em ciclos, com caráter pontual), que pautou a evolução histórica desse setor no estado. (TEIXEIRA; GUERRA, 2000). Durante muito tempo, a industrialização apresentou-se atravancada sem muita possibilidade de desenvolvimento e de ampliação do seu significado econômico. Isso pode ser observado em:

Ao final da década de 60, a industrialização baiana parecia inexorável. A infraestrutura passava por um processo de modernização e expansão. O operariado industrial e a classe média cresciam com as novas atividades instaladas. Como se verá a seguir, esse processo ganha fôlego na década de 70, novamente a partir de intervenções estatais e da vinda de capitais forâneos, marcando-se essa industrialização por uma dinâmica exógena e espasmódica. (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p. 90)

A partir dessa industrialização mais vigorosa, iniciada com o Centro Industrial de Aratu (CIA), instituído em 1968, como grande loteamento para atrair indústrias e, consolidada, posteriormente, com a criação do Pólo ou Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) em 1975, a Bahia rompe definitivamente com o seu processo de acumulação primitiva de capital e se insere totalmente no sistema capitalista. Na próxima seção, serão realizadas ponderações acerca dos desdobramentos históricos da industrialização local e seus impactos sobre a economia do estado e, sobretudo, sobre Salvador (cidade foco da pesquisa).

### 3.2 DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA E REARTICULAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA: AFIRMAÇÃO INDUSTRIAL SOTEROPOLITANA (A SUPERAÇÃO DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAL)

Como foi exposto na seção anterior, a superação da acumulação primitiva de capital foi obtida com a consolidação do processo de industrialização na Bahia, mediante a criação do COPEC, evento que pode ser associado a uma “Revolução Industrial” da economia baiana. Aqui, utilizamos esse conceito do pensamento marxista como referência para a caracterização da trajetória da economia baiana, o que, por sua vez, leva-nos a uma adaptação da terminologia para o contexto local. A própria expressão acumulação primitiva de capital, utilizada por Marx de uma forma mais abrangente para explicar os pré-requisitos necessários à afirmação do modo de produção capitalista, passou por um ajustamento em relação às especificidades estaduais e municipais. O capitalismo, mundialmente, tornou-se hegemônico politicamente com a Revolução Francesa e, economicamente, com a Revolução Industrial (assunto já tratado no capítulo anterior). Contudo, esse modo de produção não se consolidou uniforme e simultaneamente em todas as regiões do planeta. Mesmo dentro de um mesmo país, pode haver áreas onde a concentração do capital é mais elevada (desenvolvidas) do que em outras (subdesenvolvidas). Esse fato pode ser verificado na economia brasileira, já que enquanto o Centro-Sul (principalmente São Paulo) se industrializava, o Norte e o Nordeste do país ficavam atrelados a atividades agrícolas e extrativistas.

Como já foi exposto, a atividade industrial na Bahia se instalou há muito tempo, com origem “exógena” e “espasmódica”, não tendo condições de superar seu estágio predominantemente agrícola até que uma série de eventos acontecessem. No Brasil Império surgiu, a figura do “Caça-Concessões” (uma espécie de empreendedor que buscava meios materiais para viabilizar o desenvolvimento econômico nacional com o apoio do Estado). O representante dos “Caça-Concessões” mais conhecidos no Brasil foi o Barão de Mauá, que criou o primeiro conglomerado nacional (união de banco e indústria) e as primeiras ferrovias (a partir de 1854). Na Bahia, surge a figura de Luis Tarquínio, que foi um dos primeiros empreendedores locais (entre o final do século XIX e início do século XX), proprietário de uma grande fábrica de tecidos, mais que não tinha escala industrial e competitividade suficientes para superar a agricultura e obter novos mercados em outras localidades. A “Nova Bahia” só vai se apresentar a partir da década de 1960 e afirmar-se na década seguinte, sob efeitos de políticas

nacionais desenvolvimentistas e de um contexto internacional favorável, aliado ao começo do processo de Globalização produtiva e financeira e à “ressurreição” das idéias liberais, que se apresentavam sobre um novo formato, denominado Neoliberalismo (defensor do Estado Mínimo e das privatizações).

A partir da Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, o Brasil se insere num programa nacional industrializante, através do P.S.I., que concentrou a atividade industrial no Centro-Sul (principalmente São Paulo). O alcance das políticas industrializantes de um projeto nacional-desenvolvimentista não atingiu diretamente o Norte e o Nordeste, por causa das oligarquias anti-burguesas, que se recusavam a perder os ganhos auferidos com a atividade econômica agro-exportadora. (OLIVEIRA, 1977). Esse conservadorismo “custou caro” para essas regiões, pois ficaram mais atrasadas tecnologicamente em relação ao pólo industrial brasileiro (o Centro-Sul) e praticamente estagnadas economicamente. Essa situação só começou a mudar efetivamente com a Ditadura Militar (vigente no período de 1964-1985), que se preocupou com a desconcentração industrial.

Os governos militares se dedicaram à tentativa de resolução desse problema, por causa do interesse de conquista de novos mercados, da necessidade de aquisição de matérias-primas e, sobretudo, para preservar a segurança nacional (integrando mais a industrialização brasileira, dispersando-a pelo território nacional, visando a uma proteção mais estratégica contra ataques estrangeiros). A Ditadura procurou centralizar as decisões políticas e econômicas, embora tenha desenvolvido o Programa Federal de Descentralização, o qual forneceu suporte aos órgãos de desenvolvimento regional, instituídos durante o governo democrático e nacional desenvolvimentista de J.K. Com isso, órgãos como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) vão ter suas fontes de recursos amplificadas por intermédio de políticas públicas. No caso do Nordeste, além da SUDENE, o Banco do Nordeste Brasileiro (BNB) teve participação decisiva nesse processo, aumentando o volume de créditos disponível. Quanto à SUDENE, afirma-se que:

Uma abordagem centrada no exame da divisão regional do trabalho e nas suas mutações, sob o controle hegemônico da produção capitalista no Brasil, pode ao contrário propiciar o entendimento da natureza que levou à criação da SUDENE pelo exame do desenvolvimento desigual inter-regional, da desigualdade de caráter e de ritmos dos conflitos sociais nas diversas regiões que polarizavam e expressavam as contradições da expansão capitalista no Brasil, pelo exame dos diferenciais da acumulação global em todo o país, e finalmente pela investigação do que uma região



num contexto nacional hegemonicamente controlado pelos setores mais avançados da produção capitalista. Ela indica, no final, uma redefinição do próprio conceito de região no sistema de base capitalista e talvez até uma completa desaparecimento dessas “regiões”. Afinal de contas, qual é a diferença essencial num país capitalista plenamente desenvolvido como os Estados Unidos da América do Norte, entre a Califórnia e New York, entre Michigan e a Nova Inglaterra? À parte certas diferenças que chamaremos aqui de “culturais” – e que a própria evolução capitalista, sob a forma de comunicações, da televisão, da indústria “cultural” em suma se encarrega de dissolver – na essência do movimento do capital, na estruturação das classes sociais, não há mais “regiões” no país norte-americano; há zonas de localização diferenciada de atividades econômicas. (OLIVEIRA, 1977, p. 25 - 26).

A formação de áreas economicamente desenvolvidas e subdesenvolvidas compõe a própria dialética do capitalismo. Contudo, as disparidades regionais observadas no Brasil se encontravam num nível alarmante, precisando de uma atuação mais vigorosa por parte do Estado. Entretanto, no caso específico da Bahia, condições locais favoráveis (como o descobrimento de petróleo no Recôncavo) impulsionaram a atividade industrial desse estado. Ainda na década de 1950, surge a Refinaria Landulpho Alves em Mataripe (RLAM), com investimentos federais e estaduais, viabilizados pela atuação do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), que foi o precursor da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), alterando significativamente o cenário industrial dessa região. Os investimentos na criação e manutenção da RLAM proporcionaram a criação do CIA em 1968 e, em 1975, a implantação do COPEC. Aliado a tudo isso, surge no mesmo ano da instalação do COPEC, o Shopping Iguatemi (primeiro a ser implantado na cidade do Salvador), que incrementou e dinamizou a economia de serviços local. Os governos militares, através do Programa Federal de Descentralização, proporcionaram um impulso decisivo para esse processo industrializante, que se consolida com o COPEC, devido às condições já expostas, fazendo com que o Estado da Bahia superasse o estágio de acumulação primitiva de capital, promovendo a sua própria “Revolução Industrial”. Esse contexto e seus impactos sobre Salvador podem ser encontrados em:

Os investimentos industriais que se deslocaram para a região de Salvador, tendo início na década de 50, seguindo-se da implantação dos pólos industriais nas décadas seguintes – CIA, COPEC e SUBAÉ –, geraram uma massa de valor que exigia a criação/ampliação do setor comercial e de serviços de infra-estrutura, de novas áreas habitacionais, equipamentos etc., permitindo que a cidade e sua região elevassem a sua lucratividade e atraíssem novos investimentos externos, a exemplo dos excedentes da agricultura tradicional do estado. (HELIOÓRIO; PORTO; CARVALHO, 2008, p. 24).

A atividade industrial, a partir da consolidação do capitalismo local com o COPEC em 1975, irá suplantar a agricultura, que ficará estagnada tecnologicamente durante um longo período da

história recente baiana. Atividades comerciais, restaurantes e hotéis acompanharam esse processo com um ritmo mais lento. (HELIOÓRIO; PORTO; CARVALHO, 2008). Novos vetores de crescimento foram criados para atender as crescentes necessidades de infraestrutura. Esse fato pode ser observado em:

Isso explica o certo vácuo existente entre o período dos grandes investimentos públicos em infra-estrutura, criando várias possibilidades de vetores de crescimento urbano – aí incluído a Avenida paralela como um dos vetores importantes – e a sua ocupação que viria induzir a descentralização de Salvador. O movimento da industrialização já havia concebido uma nova cidade e uma nova região, mas o volume de recursos e a rentabilidade dos setores industrial, comercial e de serviços ainda não eram suficientes para ocupar todos esses novos espaços. (HELIOÓRIO; PORTO; CARVALHO, 2008, p. 27).

Esse processo de transformações físico-estruturais refletiu-se em mudanças nas relações urbanas (ética, política, sociedade, economia, cultura, individualidade e coletividade), essa verdadeira “Revolução Urbana” que fez com que a população mundial concentre-se nas grandes metrópoles. (SANTANA, 2008). O desenvolvimento industrial criou novas necessidades a serem supridas, devido ao aumento do adensamento populacional. Com esse cenário, houve uma modernização dos transportes, observando-se o uso mais abundante de determinados mecanismos técnicos, além da incorporação de novos materiais e tecnologias para a construção civil, como o aço e o concreto armado, promovendo a expansão horizontal e vertical da capital baiana. (SANTANA, 2008).

A Ditadura Militar procurou encaminhar uma concepção de desenvolvimento econômico vinculada à introdução de uma nova divisão nacional do trabalho, a qual exigia a integração das regiões brasileiras mediante um projeto de industrialização articulado ao centro dinâmico do país, cuja consequência mais notável foi uma determinada desconcentração industrial. Nesse sentido, devem ser destacados o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) e o Plano Nacional de Desenvolvimento II (PND II), os quais, sobretudo o segundo, resultaram de uma inflexão da urbanização e da industrialização brasileiras no período 1968-1973, que passou a ser conhecido por “Milagre Econômico Brasileiro”. O interesse dos militares em promover a desconcentração territorial da industrialização deriva das necessidades (já relatadas anteriormente), que deveriam ser satisfeitas urgentemente, para que o desenvolvimento e o crescimento da economia nacional fossem verdadeiramente integrados, reduzindo a capacidade ociosa e, aumentando o nível de utilização dos recursos naturais presentes em território nacional. O plano de desenvolvimento nacional, que conseguiu satisfazer a esses anseios estatais de forma mais satisfatória, indubitavelmente, foi o “Milagre

Econômico Brasileiro”, que se efetivou em função do cenário internacional favorável experimentado a partir da década de 1970 (aumento das linhas de crédito, dos empréstimos estrangeiros e dos investimentos diretos estrangeiros (IDE)).

Mesmo com a reversão dos investimentos, experimentada na década de 1980 (“Década Perdida”), em decorrência da retração do crédito e da elevação da taxa de juros dos Estados Unidos da América (EUA), que conduziram ao endividamento externo de vários países como o Brasil, não se impediu a continuidade do desenvolvimento regional, mesmo a nível menos expressivo. (RODRIGUES, 1997). As Crises do Petróleo (1973/1979) e a crescente inflação nacional (chegando futuramente a se caracterizar como hiperinflação) também abalaram a economia brasileira, mas o crescimento das atividades industriais no Pólo Petroquímico de Camaçari ou COPEC continuou presente e, em vários momentos, vertiginoso.

A Globalização iniciada a partir da década de 1970, associada ao Neoliberalismo, que passou a predominar no território brasileiro na década de 1990, teve grande impacto sobre as relações produtivas e sobre as economias regionais. Um movimento de descentralização produtiva e penetração de capitais estrangeiros das grandes corporações prevaleceu, como pode ser explicitado no seguinte trecho:

Em termos concretos, dentro do contexto da globalização, sobressai a descentralização produtiva dos grandes grupos econômicos multinacionais. A competitividade passou a depender mais de estratégias entre grandes empresas e governos. Sendo assim, a oligopolização dos mercados e a estrutura das grandes corporações diferenciam-se relativamente aos anos 60 e 70. Nestes, as empresas transnacionais tinham como preocupação central – ao deixarem seus países sede e penetrarem em outras nações – a constituição de filiais produtivas nos espaços econômicos do país receptor do investimento direto externo (IDE). Quer dizer, os países que recebiam os IDE, fosse central ou periférico, experimentavam uma modificação em seu grau de industrialização constatando-se, então, a fundação de novas unidades produtivas que produziram “autonomamente”, centralizando, suas mercadorias, as quais seriam ofertadas, em geral no mercado interno. (BALANCO; ALMEIDA; WANDERLEY; DAMASCENO, 2002, p. 1).

Como resultado de todos esses fatores, empresas “quebraram”, devido à redução de subsídios, de incentivos fiscais e de tarifas de importação (principalmente a partir das práticas neoliberais do Governo Collor), o que implicou o aumento da concorrência da indústria nacional com a estrangeira. O desemprego (que necessariamente tem que existir para ajustar o nível geral de salários da classe trabalhadora através do Exército Industrial de Reserva) tornou-se expressivo, já que ou “Milagre Econômico Brasileiro” aumentou o adensamento

populacional em todas as Regiões Metropolitanas (incluindo a de Salvador) e a mão-de-obra desqualificada migrou, em uma parcela significativa, para a informalidade e, até, de forma bastante considerável, para a criminalidade (violência urbana descontrolada, em função da absorção mais fácil desse contingente populacional “pelo crime organizado” local). Esse adensamento populacional no espaço urbano ocorre de maneira diferenciada no capitalismo como evidencia o seguinte trecho:

Na sociedade capitalista há sempre um adensamento espacial desigual de fluxos socioeconômicos, o que vai favorecer a utilização mais intensa de alguns meios de circulação em desfavor de outros, resultando em territórios com funções, usos e ocupações diferenciados. (PORTO; CARVALHO, 2008, p. 2).

A falta de condições adequadas de moradia, que deveriam dar suporte à população, que pelo processo de êxodo rural (evasão do campo para melhores oportunidades de emprego nos grandes centros urbanos) adensou as cidades mais desenvolvidas (em grande parte, devido ao “Milagre Econômico Brasileiro”), provocou o aumento da miséria social. Essa situação pode ser observada, nitidamente, na cidade do Salvador, com o desenvolvimento da região do “Miolo” (localizada entre a BR-324 e a Avenida Luís Viana Filho (Paralela), que se origina como uma área rural nos anos 1940, até se tornar a região de maior periferização sócio-espacial da cidade, já na década seguinte. (FERNANDES, 2004). Na década de 1960 e, principalmente, na década de 1970, essa área da cidade passou por uma intensa densificação, chegando na atualidade a representar uma porção expressiva do urbanismo local. O “Miolo” é composto por 41 bairros e ocupa 35% da superfície da cidade. (FERNANDES, 2004). O crescimento desordenado e vertiginoso experimentado por essa área da cidade é apenas um dos exemplos apresentados da subordinação do processo de urbanização às necessidades do capitalismo. Enquanto a Bahia rompia com o que Aguiar (1977), denominou “enigma baiano” (simbolizado pelo atraso industrial da Bahia em relação ao Centro-Sul), com incentivos fiscais, subsídios e investimentos públicos e privados para aumentar a capacidade industrial da Região Metropolitana de Salvador (RMS), que conseguiu superar o recôncavo baiano em importância econômica, devido à industrialização, as desigualdades sócio-econômicas cresciam assustadoramente.

A falta de um planejamento urbano mais adequado contribuiu decisivamente para esse processo. A economia de Salvador, que deixa para trás um perfil predominantemente comercial, passa a incorporar os chamados serviços superiores (Business services; turismo de lazer e de negócios; e serviços sociais de consumo coletivo), como coloca Almeida (2006),

precisando de um planejamento urbano que se adéqüe às condições locais (espaciais, econômicas e sociais). O processo planejador não elimina as desigualdades sociais, pois elas são inerentes à própria constituição dialética do capitalismo. Contudo, a aplicação de um mecanismo de planejamento urbano bem estruturado ameniza as discrepâncias sócio-econômicas, ao contrário da chamada “modernização conservadora”, que configurou o espaço urbano soteropolitano, observado na atualidade. A próxima seção evidenciará as peculiaridades sócio-econômicas desse contexto.

### 3.3 O PLANEJAMENTO URBANO EM SALVADOR

O planejamento urbano em Salvador foi precedido pela atividade industrial. A indústria baiana surgiu de maneira pontual e sem escala (produção em grande quantidade, para reduzir o nível de custos) e escopo (produção conjunta de bens, para reduzir o nível de custos, em relação à produção separada desses mesmos bens) suficientes para se estabelecer hegemonicamente no cenário nacional. Contudo, na medida em que há um crescimento da atividade industrial na RMS e o aumento da atividade de serviços e do número de habitantes da cidade de Salvador, o planejamento urbano torna-se essencial. A concepção da importância do significado de políticas de planejamento em Salvador vai começar a tomar forma a partir da Semana de Urbanismo de 1935. As idéias inovadoras desse evento, que incluiu o alargamento das vias urbanas, e o melhoramento dos sistemas de transportes públicos, serviram de base para a criação do Escritório de Planejamento Urbano da Cidade do Salvador (EPUCS) na década de 1940. O período em que a industrialização baiana se consolidou (década de 1970), superando o estágio de acumulação primitiva de capital definitivamente, pois as atividades realizadas até então tinham um caráter capitalista incipiente associado a práticas pré-capitalistas (como o artesanato e as chamadas “feiras-livres”, as quais possuíam um caráter itinerante), contou com a criação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PLANDURB).

O PLANDURB desdobrou-se no anteprojeto do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU) em 1978, mas somente entre 1984 e 1985 evoluiu para a categoria de PDDU propriamente dito. Esse plano contempla centros e sub-centros da cidade do Salvador, procurando dar maior sustentabilidade ao uso dos solos para a construção ambientalmente

correta de moradias, além de demarcar regionalmente as localidades mais carentes da cidade. (PEREIRA; CARVALHO, 2008). As disposições legais deveriam direcionar políticas públicas para atender as demandas sociais. Entretanto, ao invés de um planejamento urbano inclusivo e participativo, formou-se uma crescente especulação imobiliária na capital (fenômeno relacionado ao conceito marxista de capital fictício), que acompanhou o desenvolvimento industrial da economia baiana, ficando a maioria da população local aglomerada em áreas como o “Miolo”, sem infra-estrutura adequada. A infra-estrutura é formada por alguns elementos básicos como redes de esgoto, de água e viária, para atender a população residente de qualquer cidade, estado ou país. (PEREIRA; CARVALHO, 2008).

Ao mesmo tempo, no âmbito da esfera política, refletindo os interesses econômicos articulados com a acumulação capitalista na Bahia e, particularmente, em Salvador, a figura política de Antonio Carlos Magalhães (ACM) deve ser necessariamente vinculada aos processos de planejamento e desenvolvimento implementados em nosso estado. Como prefeito de Salvador, ainda na década de 1960, iniciou várias transformações infra-estruturais, como a criação do Jardim dos Namorados, da Avenida Cardeal da Silva, do Vale dos Barris, além de uma grande variedade de vias urbanas e viadutos. Contudo, as suas maiores realizações ocorreram como governador do estado da Bahia, promovendo a criação de vias públicas, tais como as avenidas Bonocô e Paralela, além da verticalização da Orla Marítima de Salvador (OMS), transformando áreas de veraneio, como a Pituba, em uma das regiões mais desenvolvidas de Salvador. A parceria do governo do estado da Bahia “Carlista” com o capital privado, se expressa notoriamente através da participação da construtora Odebrecht na criação das condições para o crescimento do setor imobiliário local de forma exponencial. Contribuiu para esse processo, em grande parte, a criação da Secretaria Estadual de Planejamento e Tecnologia (SEPLANTEC), que teve como seu primeiro secretário um então jovem recém-formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e que viria a ser prefeito da cidade do Salvador, alguns anos mais tarde, o atual comunicador Mário Kértsz.

A articulação de ACM com Kértsz e com outros jovens recém-formados, que foram inseridos no governo com o objetivo de “renovar” a mentalidade acerca do planejamento e desenvolvimento locais, fortaleceu consideravelmente o processo de “modernização conservadora” (associado ao projeto governista estadual de urbanização acelerada, sem atentar suficientemente para as necessidades sociais mais urgentes). A SEPLANTEC, quando

foi instituída, atendia áreas como água e rede de esgoto; ciência e tecnologia; e meio ambiente. Porém, com a Constituição Federal de 1988, os órgãos de planejamento estaduais e municipais foram reduzidos ao papel de gerenciadores do objetivo do equilíbrio orçamentário, o que levou a antiga SEPLANTEC a ser transformada na atual Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), preocupada predominantemente com questões meramente orçamentárias.

A Reforma Administrativa proposta pelo então governador ACM, na década de 1970, estava associada ao grande crescimento do setor imobiliário soteropolitano, culminando na inauguração do Centro Administrativo da Bahia (CAB) na Avenida Paralela. Essa informação pode ser ratificada pela seguinte afirmação:

Não é muito simples explicar determinados fenômenos urbanos, sobretudo quando estão em jogo interesses imobiliários de porte grandioso, como o que parece ter acontecido com o caso das terras dessa avenida. Entretanto, parece lógico pensar-se que a sua importância estratégica já havia sido anunciada, implicitamente, há décadas atrás, quando da sua construção e da implantação do CAB, fazendo com que os mecanismos de controle se tornassem mais rigorosos. Além disso, as demandas por novas áreas habitacionais foram satisfeitas em outros locais da região e algumas crises da economia, inclusive a que estamos vivenciando, retardaram o processo de ocupação, pelo menos um processo compatível com as expectativas de lucratividade dos empreendimentos. (HELIOÓRIO; PORTO; CARVALHO, 2008, p. 33).

A crise atual supracitada é aquela que se tornou evidente em 2008, devido à intensa financeirização e aos movimentos especulativos do mercado imobiliário estadunidense, que contaminaram os mercados capitalistas globalizados. A produção industrial e a urbanização estão diretamente atreladas à dinâmica do sistema capitalista. Com as economias mais integradas, os efeitos dos capitais especulativos, que se associam às expectativas e “apostas” daqueles que desejam obter um ganho alto e fácil, são mais devastadores. A rotação do capital, dessa forma, acaba sendo arrefecida, ocorrendo uma “inércia” geográfica.

Em Salvador, o movimento descrito acima pode ser observável na especulação imobiliária “violenta” e própria de uma sociedade concentradora de renda, que beneficia uma minoria da população, enquanto que a maioria dos seus habitantes não possui uma infra-estrutura adequada para satisfazer as suas necessidades básicas minimamente. Esses indivíduos, como já foi apresentado, em grande medida, são oriundos do interior ou até de outros estados mais pobres do país, buscando melhores condições de vida na Bahia, vindo a residir em Salvador, e a trabalhar na RMS (fenômeno conhecido geograficamente como migração pendular). Devido

à negligência das autoridades públicas locais, várias famílias ficaram desamparadas, ocupando o solo da cidade de forma irregular. Até a Avenida Paralela apresentou esse cenário caótico, apesar da legislação sobre o uso e ocupação do solo prevista pelo primeiro PDDU da cidade. O trecho, que será apresentado, retrata contundentemente essa situação:

Em que pese o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador – PDDU – 1984, e seus estudos antecedentes, terem indicado a Avenida Paralela como um vetor prioritário de ocupação, e a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo Urbano-LOUOS, referendar essa diretriz através da fixação de parâmetros ativos, a área não sofreu adensamento, relativamente a outras áreas da cidade, exceto sob formas de invasões (Malvinas, por exemplo). (HELIOÓRIO; PORTO; CARVALHO, 2008, p. 33).

A partir da informação acima, percebe-se nitidamente que a Avenida Paralela não tinha apresentado ainda o nível de desenvolvimento que a mesma passou a expressar na Salvador mais contemporânea, “disputando” com a OMS a atração de grandes empreendimentos imobiliários residenciais e comerciais. O PDDU de 1984-1985 tentou fazer uma articulação entre as principais vias urbanas da cidade (inclusive com a própria Avenida Paralela), mas não obteve o sucesso desejado, em função do nível de ocupação desordenada verificada. Essa informação pode ser obtida no seguinte trecho:

Em primeiro lugar o projeto de articulação da BR-324 com a Orla Atlântica através da Avenida Paralela, utilizando-se de vias transversais nos vales do Miolo da cidade-Via Saboeiro, Via Pituaçu e Via Jaguaribe foi um projeto dos estudos do PDDU, hoje de difícil execução pelo processo de ocupação desordenada, que tem o objetivo de permitir a acessibilidade direta entre essas duas áreas da cidade, desviando os fluxos da atual área do Iguatemi. A viabilidade dessas vias elevaria a capacidade de articulação da Paralela com outras áreas da cidade, o que, com certeza resultaria na sua maior capacidade de atração de novos investimentos. (HELIOÓRIO; PORTO; CARVALHO, 2008, p. 33).

Em 2004, inicia-se uma revisão legal do PDDU 1984-1985, ocorrendo uma discussão efervescente a respeito do planejamento urbano local. Na realidade, o planejamento municipal soteropolitano foi retomado a partir de 1998, através da atualização da base de informações, defasada há mais de 20 anos, mediante a elaboração de estudos e análises sobre a realidade da cidade. (SALVADOR, 2004). A falta de participação da sociedade gerou uma série de controvérsias e críticas e, além disso, o desrespeito aos critérios para a elaboração de Planos Diretores municipais e à regulamentação dos artigos da Constituição Federal que se referem à Política Urbana, definidos pelo Estatuto da Cidade, promulgado em 2001, foi também alvo maior de críticas. (SALVADOR, 2009). A partir de 2005, o debate vai se intensificar, com a realização de várias atividades (como seminários e demais programações), promovendo a



discussão com vários segmentos comunitários (acadêmicos, profissionais liberais, políticos, dentre outros). Nesse mesmo ano, as autoridades públicas municipais decidem que a política de desenvolvimento urbano deverá ser conduzida pela Secretaria de Planejamento Municipal de Salvador, concedendo espaço para críticas e reivindicações em geral. (SALVADOR, 2009). Esse cenário favoreceu a criação do PDDU de 2007-2008, de aprovação polêmica e conturbada (reunião praticamente “secreta” e com reduzida participação popular), contudo, mais inovador do que o documento elaborado no período de 1984-1985, e mais acessível ao entendimento popular do que aquilo que havia sido discutido anteriormente.

O grande problema, já referido acima, é que boa parte da população soteropolitana não conhece esse plano, nem sabe o que ele representa. Não se pode negar que houve alguns avanços, principalmente, político – institucionais, mas o acesso às informações, previsto pelo próprio plano, não foi respeitado. Ele abrange matérias como: a definição das funções sociais da cidade; a propriedade imobiliária urbana; o direito à cidade sustentável, à equidade social e à informação; e a gestão democrática da cidade. (SALVADOR, 2009). Todavia, não foi efetivado o cumprimento de exigências do Estatuto das Cidades e da Lei Orgânica Municipal (LOM), quanto à explicitação dos conceitos de função social da cidade e de propriedade imobiliária urbana, gerando mais críticas. Esse plano também incorpora a análise das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que constituem uma forma de delimitação ou mapeamento das áreas mais carentes da cidade, visando ao melhor direcionamento de políticas públicas. Ambientalmente, esse plano reativa o Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM), para viabilizar um desenvolvimento sustentável (a infra-estrutura deveria respeitar os limites das condições ambientais). (SALVADOR, 2009). Além disso, prevê acesso digno à moradia, adequado saneamento básico, valorização da cultura e inclusão social.

Assim, como foi feito no passado (desde 1978, quando surgiu o anteprojeto do PDDU de Salvador), o processo verificado de desenvolvimento urbano deu-se através da “modernização conservadora”, não sendo respeitado o significado da importância estratégica de um PDDU. O crescimento da infra-estrutura foi priorizado mais do que condições dignas de moradia para a população carente (as melhorias urbanísticas mais expressivas foram realizadas nas áreas, onde residem as famílias mais abastadas de Salvador). A população que adensou a capital baiana, esperando ser incorporada em alguns postos de trabalho no Pólo Petroquímico de Camaçari ou COPEC (com a penetração de empresas fabricantes de bens intermediários e

intensivos em capital, mas que absorveram muita mão-de-obra nos períodos de crescimento econômico) ou na própria capital do estado (que desenvolveu vigorosamente o setor de serviços, principalmente com a inauguração do Shopping Iguatemi em 1975), não obteve o sucesso almejado. A falta de políticas públicas atuantes, que concebiam melhor a realidade social, para tomar decisões sócio-econômicas mais apropriadas, ainda é fortemente presente. Os planejadores estaduais e municipais não se articularam devidamente, para ajustar suas políticas aos contextos nacional e internacional, preocupando-se precipuamente com a recuperação das finanças locais, com o estabelecimento de parcerias privadas, em consonância com o planejamento e a coordenação das ações públicas. As políticas de planejamento se encontravam “descoladas” da realidade apresentada pelas circunstâncias. (UDERMAN, 2007).

A especulação imobiliária em Salvador vem ocorrendo de forma “desenfreada” e com a presença “nefasta” do descaso das autoridades públicas. Quanto à vigência do próprio PDDU da cidade, verifica-se que o número de invasões está aumentando, o crime organizado está cooptando jovens pobres, ampliando consideravelmente a criminalidade, e o meio ambiente está sendo destruído “assustadoramente” com a construção de novos condomínios em áreas de Mata Atlântica, que deveriam apresentar uma efetiva proteção ambiental. Não se está neste trabalho fazendo qualquer juízo de valor, mas as circunstâncias históricas (com um verdadeiro “legado” de concentração de renda), foram aceleradas significativamente com o “Carlismo”, que comandou as políticas estaduais e municipais, por várias décadas, pois uma porção significativa dos prefeitos e governadores estava associada à base política de ACM, observando-se esse fenômeno, mais nitidamente, a partir da década de 1970.

O capitalismo apresenta-se, por natureza, dialético, mas se o anteprojeto do PDDU soteropolitano de 1978 fosse facilmente convertido em um PDDU bem estruturado, o que só foi verificado alguns anos mais tarde (PDDU de 1984-1985), com alguma participação popular, as discrepâncias sócio-econômicas, provavelmente, seriam amenizadas. Os interesses de grupos políticos e econômicos prevaleceram no estabelecimento desse cenário caótico verificado na atualidade. Os diversos segmentos da sociedade devem manifestar-se energicamente, para impedir que abusos sejam cometidos. Se o PDDU fosse aprovado naquela época, de forma adequada às reais necessidades da população local, precisaria apenas de mudanças pontuais ao longo do tempo. Providências têm que ser tomadas para conter a violência, a miséria social e o aumento do adensamento populacional (decorrente da falta de

atuação mais ostensiva das autoridades públicas, que deveriam promover mais cursos profissionalizantes e universitários, os quais tivessem condições necessárias e suficientes para capacitar a sua população local, aliadas a uma maior urbanização nacional, diminuindo o processo de êxodo rural), associadas ao uso apropriado do PDDU atual e à tentativa de encerramento da “modernização conservadora”, favorecendo a um crescimento integrado e mais equânime da sociedade como um todo.

## 4 CONCLUSÃO

Diante do que foi apresentado, percebe-se nitidamente que o Urbanismo, decorre da própria necessidade de expansão do modo de produção Capitalista. O Capital submete a infraestrutura urbana aos seus ditames. Além disso, não só a estética das cidades com o Capitalismo deve ser vislumbrada, como também, as relações sociais de produção. Nesse âmbito, ocorre uma sujeição de um grupo de indivíduos (a maioria da sociedade) em relação a outro (a minoria da sociedade). O primeiro grupo é o do proletariado que vende a sua força de trabalho para a burguesia, que se apresenta como sendo o segundo grupo, possuidora dos meios de produção. Através dessa relação de opressão, é que se constitui o modo de produção capitalista, vigente até o presente momento.

O capital, mesmo com as suas contradições internas, desenvolveu as cidades, a produtividade dos fatores de produção, a tecnologia, os setores de Pesquisa e Desenvolvimento (PeD), o produto da economia, as próprias vias urbanas, e demais outras coisas materiais. Mas, qual a função real dos indivíduos para a sociedade capitalista? Eles são colocados apenas como simples “peças” para o funcionamento desse sistema? Qual o valor dado aos talentos individuais? De que forma esse sistema contribui para o crescimento intelectual dos indivíduos? A estética urbana bem arquitetada condiz com a realidade sócio-econômica da população? Perguntas como essas nortearam esse trabalho monográfico, podendo ter múltiplas respostas (a depender da concepção teórica de cada pensador), evidenciando o processo dialético do sistema capitalista.

Essa análise geral do capital foi necessária para entender as peculiaridades da formação e do desenvolvimento do capitalismo local. Em Salvador, também houve um desenvolvimento urbano subordinado às próprias necessidades sistêmicas, processo comum a todos os lugares que ingressaram nesse modo de produção. O grande problema está no fato da falta de um planejamento urbano, mesmo com a criação do anteprojeto do P.D.D.U. em 1978, que gerou contradições sociais mais críticas do que aquelas típicas desse sistema.

O contexto favorável da década de 1970, na qual foi instituído o “Milagre Econômico Brasileiro”, gerou um aumento no adensamento populacional da comunidade que habitava a Região Metropolitana de Salvador (R.M.S.), que não contou com o devido aporte de recursos

das autoridades locais, para oferecer condições mais dignas de moradia. Com isso, aumentou a miséria social e, conseqüentemente, a violência urbana, já que boa parte dessa população não tinha a qualificação adequada para ocupar os postos de trabalho.

A falta de interesse das autoridades públicas, associada às mazelas sociais supracitadas e à especulação imobiliária crescente, favoreceram à obtenção do cenário soteropolitano verificado na atualidade, restando apenas tentar retificar os erros do passado no presente, visando a um futuro de maior prosperidade.

O grande problema do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (P.D.D.U.) é que desde a sua criação (no campo teórico), não houve uma participação mais efetiva da população. Isso é fundamental para que a própria sociedade possa discutir as questões mais relevantes do planejamento urbano.

A partir disso, os processos de exclusão e marginalização social poderiam ser minimizados, melhorando a qualidade de vida da população. Uma parceria com a comunidade é essencial, para que as autoridades públicas possam atuar de forma mais precisa no melhoramento do bem-estar social.

Com esse trabalho monográfico, o seu autor percebeu que gradativamente a população vem sendo mais bem informada. Mas a assimetria de informações sobre o planejamento urbano e a sua importância ainda é grande, precisando haver maiores avanços para que a divulgação e a efetivação do P.D.D.U. possam se consolidar.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas sobre o “Enigma Baiano”. **Planejamento**, Salvador, p. 123 – 136, out./dez.1977.

ALMEIDA, Paulo Henrique de. A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso (Coords.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2006.

ARAÚJO, Heloísa; FERREIRA, Maria das Graças T.; GUIMARÃES, José Ribeiro S. Pensando a cidade e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 8, n.2/3, p. 119 – 132. set./dez. 1998.

BALANCO, P; ALMEIDA, P; WANDERLEY, L; DAMASCENO, L. **Diagnóstico sócioeconômico de Itabuna e políticas de desenvolvimento**. Salvador: Faculdade de Ciências Econômicas / UFBA, 2002. p. 1 – 18.

CENTRO DE PLANEJAMENTO E ESTUDOS, (CPE). A economia baiana de 1850 a 1930: algumas questões. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 33., 1981, Salvador. **Anais...** Salvador, jul. 1981 p. 1 – 23.

DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 459 – 482, 2002. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a05v45n3.pdf](http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a05v45n3.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2009.

DIÁLOGOS, propuestas, historia para uma cidadania mundial. Disponível em: <<http://base.d-ph.info/pp/fiches/dph/fiche-dph-6767.html>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

FERNANDES, Rosali Braga. Processos recentes de urbanização / segregação em Salvador: o miolo, região popular e estratégia da cidade. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciências Sociales**, v. 9, n. 523, 20 jul. 2004. Disponível em: <[www.ub.es/geocrit/b3w-523.htm](http://www.ub.es/geocrit/b3w-523.htm)>Acesso em: 12 dez. 2008.

HARVEY David. The right to the city. **New Left Review**, v. 53, sept./oct. 2008. Disponível em: <[www.newleftreview.org](http://www.newleftreview.org)>. Acesso em: 06 nov. 2008.

HARVEY, David. **Los límites del capitalismo e la teoria marxista**. 1990. p. 396 – 408.

HELIOÓRIO, Antônio; PORTO, Edgard; CARVALHO, Edmilson. **O CAB e a descentralização de Salvador**. 2008. p. 24 – 37.

MASCARENHAS, Gilmar. Construindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 2008.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1983. Livro 1, v. 1/2. (Os economistas).

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Livro 3, v. 4/5. (Os economistas).

MARIANI, Clemente. Análise do problema econômico baiano. **Planejamento**, v. 5, n. 4. p. 55 – 76, out./dez. 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 25 – 26.

PORTO, Edgard; CARVALHO, Edmilson. Chassi metropolitano de Salvador: características, funções, relações e graus de comparabilidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE IBEROAMERICANA, 9., 2008. **Anais...** 2008. p. 1-18.

PORTO, Edgard; CARVALHO, Edmilson. “Chassi” metropolitano: porte, papéis e resultados espaciais de cinco regiões brasileiras. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RII, 10., 2008, Santiago de Querétaro, México. **Anais...** Santiago de Querétaro, México 2008. p. 1-20.

RODRIGUES, Denise Andrade de. Cenários de desenvolvimento regional. **Revista do BNDES**, 1997. Disponível em: <[www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)>. Acesso em: 19 nov. 2008.

SANTANA, Gisela Verri de. **Consumo, habitação e processo de estruturação urbana**. Disponível em:<[www.sbosociologia.com.br/congresso\\_v02/papers/gt2% 20 cidades% 20e% 20 processo% 20de% 20 estrutura% C3% A7% C3% A30% 20 urbana. pdf.](http://www.sbosociologia.com.br/congresso_v02/papers/gt2%20cidades%20e%20processo%20de%20estrutura%C3%A7%C3%A3o%20urbana.pdf)> Acesso em: 19 nov.2008.

SALVADOR (BA). Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio-Ambiente - SEPLAM. **Luous on line**. Disponível em: <[www.seplam.pms.ba.gov.br/ home. htm](http://www.seplam.pms.ba.gov.br/home.htm)>. Acesso em: 14 set. 2009.

SALVADOR (BA). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM. **O PDDU de Salvador**. 2004. Disponível em: <[www.sedham.salvador.ba.gov.br/plano/downloads/conteudos\\_pddu\\_2008](http://www.sedham.salvador.ba.gov.br/plano/downloads/conteudos_pddu_2008)>. Acesso em: 13 nov. 2009.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. Cinquenta anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 17, n.1, p. 87 – 93, jul. 2000.

UDERMAN, Simone. Planejamento e indústria: uma análise das propostas de desenvolvimento e integração territorial na Bahia. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 17, n.3, p. 1025-1044, out. / dez. 2007.